



Diário Oficial  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**  
Criado pela Lei Nº 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO ALHANDRA ESTADO DA PARAIBA, EM 11 DE MARÇO DE 1998

Nº

A T O S D O P O D E R E X E C U T I V O

Lei Nº 203/98, de 11 de março de 1998

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA ESTADO DA PARAIBA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criado Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art. 2º - O Conselho será constituído por sete (07) membros, sendo:

- a) Um representante do Poder Executivo Municipal;
- b) Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) Um representante de pais de alunos;
- d) Um representante dos professores e dos diretores das escolas públicas municipais do ensino fundamental;
- e) Um representante dos servidores das escolas públicas municipais do ensino fundamental;
- f) Um representante do Legislativo Municipal;
- g) Um representante do Conselho Municipal de Educação.

§1º - Os membros do Conselho referidos nas alíneas c, d, e, f e g, serão indicados por seus pares ao Prefeito que os



Diário Oficial  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**  
Criado pela Lei Nº 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO ALHANDRA ESTADO DA PARAIBA, EM 11 DE MARÇO DE 1998

Nº

Cont...

§3º - O Mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

Art. 3º - Compete ao Conselho:

I - Acompanhar e controlar a repartição transferência, e aplicação dos recursos do Fundo;

II - Supervisionar a realização do Censo Educacional, Anual;

III - Examinar os registros contábeis e demonstrativos regenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo.

Art. 4º O Executivo Municipal, através da Secretaria de Educação dará todo o apoio necessário para que o Conselho desempenhe suas funções.

Art. 5º - Os membros do Conselho não receberão qualquer remuneração pelo desempenho de suas funções.

Art. 6º - As Reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, podendo haver convocação extraordinária, através de comunicação escrita, por qualquer dos seus membros ou pelo prefeito.

Art. 7º As reuniões do conselho serão coordenadas pelo representante da Secretaria da Educação.

Art. 8º - O Conselho redigirá aprovará o Regimento Interno que regulará seu funcionamento.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Alhandra, em 11 de março de

1.998.